



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Rio Doce - Núcleo de Apoio Regional de Timóteo

Parecer nº 38/IEF/NAR TIMÓTEO/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0016672/2022-42

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Vale S. A.	CPF/CNPJ: 33.592.510/0447-98
Endereço: Serra do Machado s/n	Bairro: Zona Rural
Município: S G Rio Abaixo	UF: MG
Telefone: (31) 995894338	CEP: 35393-000
E-mail: licenciamento.ambiental@vale.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Vale S. A.	CPF/CNPJ: 33.592.510/0447-98
Endereço: Serra do Machado s/n	Bairro: Zona Rural
Município: S G Rio Abaixo	UF: MG
Telefone: (31) 995894338	CEP: 35393-000
E-mail: licenciamento.ambiental@vale.com	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda dos Machados	Área Total (ha): 124,20 ha
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): M 1545	Município/UF: MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3105400-6F7A.A71F.85B9.4BF9.8651.2ED7.3E70.BE8C	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	0,0526	ha
	46	un

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	0,0526	ha	23k	671877,268	7802986,208
	46	un	23k		

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Mineração	cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção	0,0526

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Área Antropizada com Indivíduos Arbóreos Isolados		0,0526

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha nativa	Lenha nativa	2,8856	m³
Madeira nativa	Madeira nativa	4,2982	m³

1 HISTÓRICO

Data de formalização do processo: 08/04/2022

Data de solicitação de informações complementares: 17/05/2022

Data do recebimento de informações complementares: 01/06/2022

Data da vistoria: 13/05/2022

Data de emissão do parecer técnico: 01/06/2022

Recibo SINAFLOR: 23120817

2 OBJETIVO

Analisar pedido de Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas de 46 unidades em área de 0,0526 ha.

A finalidade da Intervenção Ambiental é o cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção conforme Item 4 do Plano de Intervenção Ambiental PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 12).

E, prossegue, implantação do acesso a bancos hoje inacessíveis da PDE 3 é necessária visto tratar-se de estrutura de grande porte onde devem ser realizadas atividades de monitoramento, inspeções geotécnicas, cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção.

3 CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural

O imóvel, encontra-se localizado na porção central de Minas Gerais, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo com área total: 7.926,3320 ha.

A área total da propriedade conforme o CAR, é de 7.926,3320 ha., sendo que deste total, tem-se APP de 581,2391 ha, Área Consolidada de 2.384,3798 ha., Remanescente de 5.519,6706 ha., e Reserva Legal de 1.744,8571 ha. (Vide Ilustração 2).

3.2 Cadastro Ambiental Rural

Número do registro:

MG-3105400-6F7A.A71F.85B9.4BF9.8651.2ED7.3E70.BE8C.

Pela Análise Geoespacial é possível admitir que a área de Reserva Legal se encontra em bom estado de conservação e atende os preceitos legais da Lei Estadual 20922/2013 (Vide Ilustração 1).

- Número do registro: MG-3105400-6F7A.A71F.85B9.4BF9.8651.2ED7.3E70.BE8C

- Área total: 7.926,3320 ha

- Área de reserva legal: 1.744,8571 ha

- Área de preservação permanente: 581,2391 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 2.384,3798 ha

- Qual a situação da área de reserva legal: Bom estado de conservação. Atende os preceitos legais da Lei Estadual 20922/2013.

(x) A área está preservada: 581,2391 ha

() A área está em recuperação: 0 ha

() A área deverá ser recuperada: 0 ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR

() Averbada

() Aprovada e não averbada

Observação:

Os imóveis do Complexo de Brucutu tiveram sua reserva legal aprovada no dia 11/02/2021 na URC Leste, dentro do processo da Sondagem PDR Tamanduá (Vide documentos SEI 44866729 e 44866730, folha 99).

Dentro do processo saiu a condicionante número 3 de “Firmar Termo de Relocação de Reserva Legal, a ser celebrado com a SEMAD”, o Termo já foi emitido e está em fase de averbação nos cartórios de Santa Bárbara e Barão de Cocais.

Foi feito a retificação do CAR (Cadastro Ambiental Rural) na parte do georreferenciamento das áreas que foram aprovadas em fevereiro de 2021.

- Número do documento: proposta no CAR, aprovada e não averbada. Encontra-se em bom estrado de conservação, atendendo os preceitos legais da Lei Estadual 20922/2013 (Vide Ilustração 2).

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(x) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

Bloco possui 135 matrículas cadastradas, com área total de 7.926,3320 ha e tem como área de Reserva Legal 1.744,8571 ha, sendo 22% da área total. A legislação fala que a área mínima de reserva legal tem que 20%, portanto, conservamos um quantitativo maior que o mínimo.

- Parecer sobre o CAR:

Aprovado. Em consulta ao CAR, a Reserva Legal encontra-se com o “status” de Situação da Reserva Legal: não analisada (Vide Ilustração 2). “Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica (remota) realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.

Contudo uma observação:

O imóvel envolvido no processo já possui recibo CAR, número MG-3105400-6F7AA71F85B94BF986512ED73E70BE8C (Vide Ilustração 2). O bloco possui 135 matrículas cadastradas, com área total de 7.926,3320ha e tem como área de reserva legal 1.744,8571ha, sendo 22% da área total. A legislação fala que a área mínima de reserva legal tem que 20%, portanto, conservamos um quantitativo maior que o mínimo (Vide documentos SEI 44866729 e 44866730, folha 99).

Os imóveis do Complexo de Brucutu tiveram sua reserva legal aprovada no dia 11/02/2021 na URC Leste, dentro do processo da Sondagem PDR Tamanduá.

Dentro do processo saiu a condicionante número 3 de “Firmar Termo de Relocação de Reserva Legal, a ser celebrado com a SEMAD”, o Termo já foi emitido e está em fase de averbação nos cartórios de Santa Bárbara e Barão de Cocais.

Foi feito a retificação do CAR (Cadastro Ambiental Rural) na parte do georreferenciamento das áreas que foram aprovadas em fevereiro de 2021.

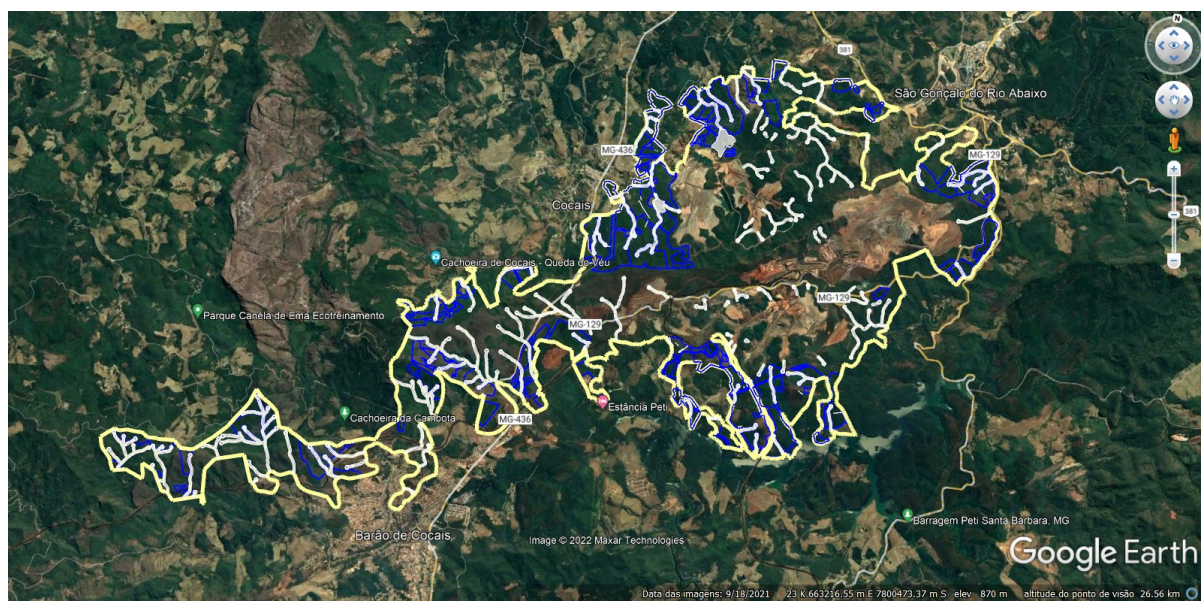


Ilustração 1.



Demonstrativo da Situação das Informações Declaradas no CAR

Registro no CAR: MG-3105400-6F7AA71F85B94BF986512ED73E70BE8C	Data de Cadastro: 24/10/2014 19:20	Data da última retificação: 03/01/2022 17:22
---	---------------------------------------	---

Dados do Imóvel

Área do Imóvel: 7.926,3320 ha	Módulos Fiscais: 396,96
Coordenadas Centróide:	Latitude: 19°52'41,15" S
Município: Barão de Cocais	Longitude: 43°25'29,74" O
Condição: Aguardando análise	Unidade da Federação: MG
Situação: Ativo	Data da análise do CAR: -
Aderiu ao Programa de Regularização Ambiental: Sim	
Condição do PRA: -	

Cobertura do Solo

Descrição	Área (ha)
Área total de Remanescentes de Vegetação Nativa	5.519,6706
Área total de Uso Consolidado	2.384,3798
Área total de Servidão Administrativa	0,0000

Reserva Legal

Situação da reserva legal: Não Analisada

Descrição	Área (ha)
Área de Reserva Legal Averbada vetorizada	0,0000
Área de Reserva Legal Aprovada não averbada vetorizada	1.744,8571
Área de Reserva Legal Proposta vetorizada	0,0000
Total de Reserva Legal declarada pelo proprietário/possuidor	1.744,8571

Áreas de Preservação Permanente (APP)

Descrição	Área (ha)
Áreas de Preservação Permanente	581,2391
Áreas de Preservação Permanente em área consolidada	23,1817
Áreas de Preservação Permanente em área de Remanescente em Vegetação Nativa	445,1001

CAR - Cadastro Ambiental Rural

Ilustração 2.

4 INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas de 46 unidades em área de 0,0526 ha., sob a justificativa de que a finalidade da Intervenção Ambiental é o cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção conforme Item 4 do Plano de Intervenção Ambiental PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 12).

E, prossegue, implantação do acesso a bancos hoje inacessíveis da PDE 3 é necessária visto tratar-se de estrutura de grande porte onde devem ser realizadas atividades de monitoramento, inspeções geotécnicas, cumprimento de requisitos de auditorias de

estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção.

A vegetação da Área de Intervenção foi caracterizada a partir de amostragem florística e fitossociológica do componente arbóreo, arbustivo e herbáceo conduzida in situ a partir de análises de imagens do local através de ambiente GIS.

A área apresenta locais ocupados por vegetação predominantemente graminosa, associada a áreas de revegetação de taludes com espécies exóticas, com presença de indivíduos arbóreos nos taludes e bancos da PDE03, mina Brucutu conforme Figura 5.8 (Vide documento SEI 44866730, folha 23).

Taxa de Expediente: R\$ 596,29 (Vide documento SEI 44866742)

Comprovação de pagamento: Vide documento SEI 44866748

Taxa Florestal (Lenha): R\$ 19,27 (Vide documento SEI 44866745)

Comprovação de pagamento: Vide SEI documento 44866749.

Taxa Florestal (Madeira): R\$ 191,71 (Vide documento SEI 44866746)

Comprovação de pagamento: Vide SEI documento SEI 44866751.

4.1 Das eventuais restrições ambientais

Destaca-se que a Área de Intervenção está inserida na categoria de Importância Biológica “Muito Alta” para a conservação de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados; “Baixa” para conservação de ictiofauna; e “Muito Baixa” para a conservação da flora (IDE-SISEMA, 2019), como mostra a Figura 5.10 (Vide documento SEI 44866730, folha 25).

E, em consulta ao site <http://ide-sisema.mg.gov.br> obteve as seguintes informações (Vide Figuras 3 e 4):

Prioridade para políticas públicas de fauna domésticas: prioridade 3.

Potencialidade de ocorrência de cavidade: baixa

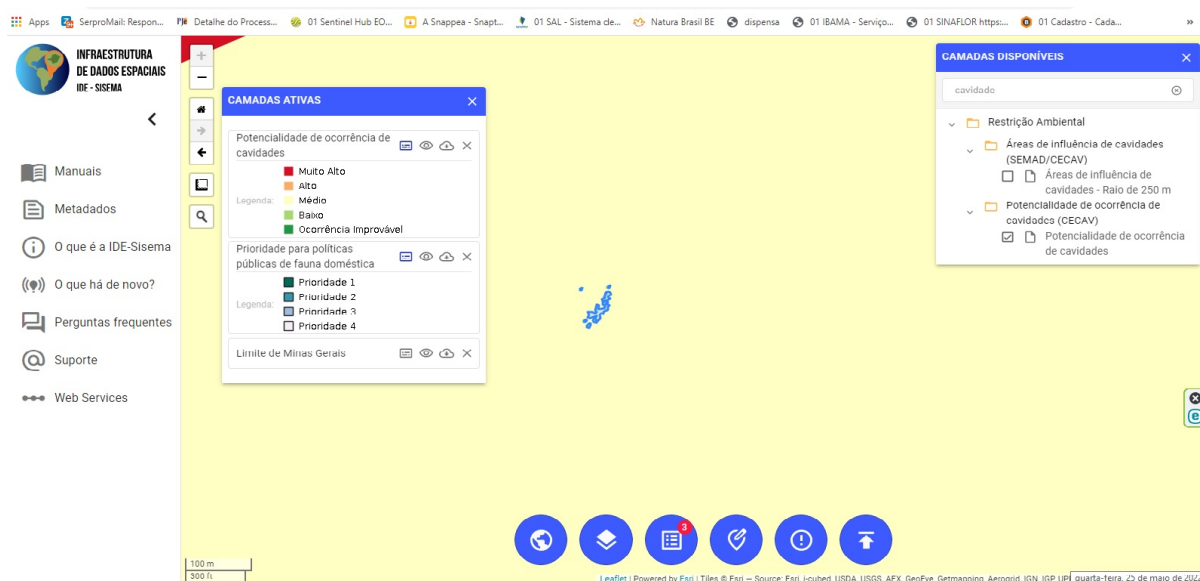


Ilustração 3.

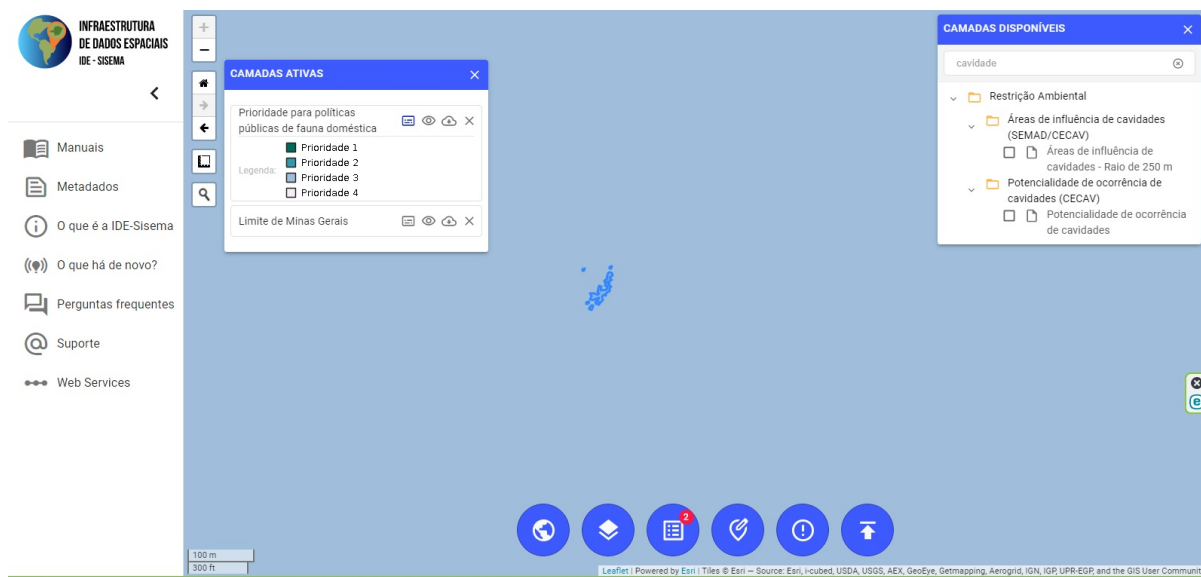


Ilustração 4.

4.2 Características socioeconômicas do imóvel

De acordo com o PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 51), a economia dos municípios se calça, principalmente, nas atividades industriais de mineração e siderurgia (Barão de Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo e João Monlevade) e que refletem as dinâmicas socioeconômicas do terceiro setor.

Ao analisarmos o período que compreende os anos de 2014 e 2018, observa-se que o PIB de Barão de Cocais passou por um período de queda, apresentou uma tendência de recuperação a partir de 2017, e em 2018 apresentou crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior, atingindo um montante de R\$ 810.863.190,00 (Vide documento SEI 44866730, folha 51).

4.3 Da vistoria

Vistoria remota realizada, ancorada no Art. 24 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF 3102/2021, por meio de imagens de satélite e outras tecnologias disponíveis, e em regime de Teletrabalho.

E de posse de recursos como o IDE-SISEMA, "QGIS", "Trackmaker Free" e "Google Earth" constatou-se que as árvores isoladas em número de 46 unidades se encontram dispersas em uma área comum com medida de 0,0526 ha., após realizar importação de Planilha em formato "Excel" (Vide Ilustrações 6 e 7).

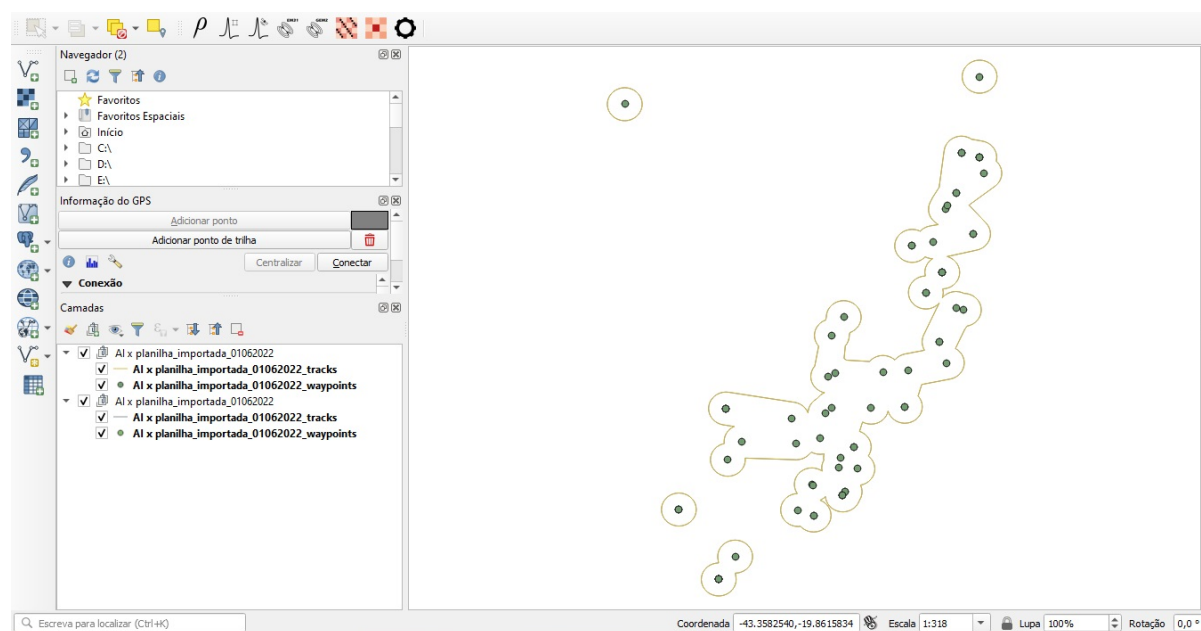


Ilustração 6.

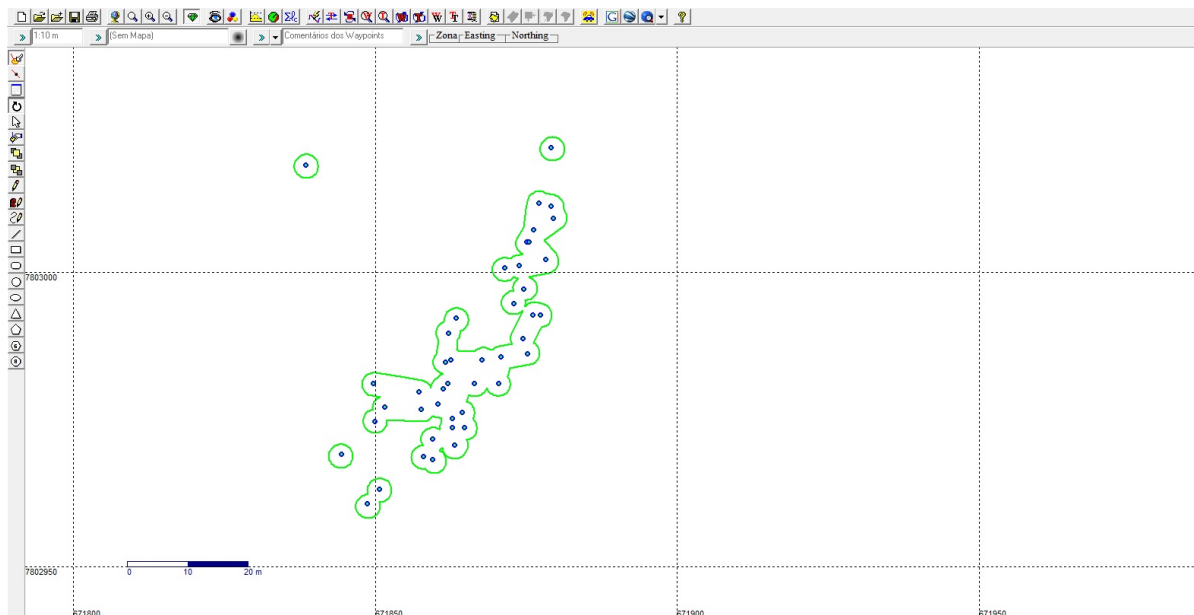


Ilustração 7.

4.3.1 Características

De conformidade com informações prestadas no PIA (Vide documento 44866730) e Análise Geoespacial, a área de estudo totaliza 0,0526 hectares é referente a uma área caracterizada a partir de amostragem florística e fitossociológica do componente arbóreo, arbustivo e herbáceo conduzida in situ a partir de análises de imagens do local através de ambiente GIS (Vide documento SEI 44866730, folha 23).

E, prossegue, a área apresenta locais ocupados por vegetação predominantemente graminosa, associada a áreas de revegetação de taludes com espécies exóticas, com presença de indivíduos arbóreos nos taludes e bancos da PDE03, mina Brucutu conforme Figura 58, no PIA (Vide documento SEI 44866730).

Solo: Conforme PIA (Vide documento SEI 44866733, folha 16), a Área de Intervenção resulta da disposição de estéril e revegetação sobre esse material estéril, que constitui os taludes da PDE03. Consiste, portanto, de material terrosos misturado, que foi disposto e compactado, formando as bancadas da pilha.

4.3.2 Características biológicas

É informado pelo PIA (Vide documento SEI 44866730) a informação que As Áreas Prioritárias para a conservação da flora no estado de Minas Gerais, têm como base a publicação da Biodiversitas: “Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação”, onde ficou evidenciado que a Área de Intervenção Ambiental na mina Brucutu, município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG, está inserida nos limites da área prioritária para conservação nº 85, denominada Quadrilátero Ferrífero, feição geomorfológica mundialmente reconhecida e localizada a sul da serra do Espinhaço (DRUMMOND et al., 2005).

4.4 Alternativa técnica e locacional

Não é o caso.

5 ANÁLISE TÉCNICA

Processo administrativo analisado em regime de teletrabalho, ancorado na Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 Nº 2, de 16 de março de 2020, Comitê criado pelo Decreto nº 47886, de 15 de março de 2020, e Art. 24 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF 3102/2021 e Art. 24 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF 3102/2021, que possibilita que seja realizada vistoria técnica do imóvel para o qual tenha sido requerida autorização para intervenção ambiental, bem como das áreas propostas para compensação ambiental, de forma remota, por meio de imagens de satélite e outras geotecnologias disponíveis, ou presencialmente, em campo.

Assim sendo, em regime de Teletrabalho, e de posse de recursos como o IDE-SISEMA, "QGIS", "Trackmaker Free" e "Google Earth" constatou-se que as árvores em número de 46 unidades em uma área comum de 0,0526 ha. (Vide Ilustrações 6 e 7).

Ainda, com relação a Área de Intervenção, esta situa-se na mina de Brucutu, fora de UC ou da Zona de Amortecimento de UC de proteção integral (Figura 5.13). As Unidades de Conservação de proteção integral na região incluem, a sudoeste, o Parque Nacional da Serra da Gandarela e a noroeste o Monumento Natural Estadual da Serra da Piedade (Vide documento SEI 44866730, folha 27).

Área de Intervenção relacionada ao Projeto de Intervenção Ambiental (PIA), integrante da mina de Brucutu, está fitogeograficamente inserida no domínio do bioma da Mata Atlântica (IBGE, 2020), em proximidade à zona de contato com o domínio do Cerrado, o que confere à região a ocorrência de elementos bióticos correspondentes a esses dois domínios fitogeográficos (Werneck et al., 2010).

E, de conformidade com informações prestadas no PIA (Vide documento SEI 44866730), a finalidade da Intervenção Ambiental é o cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção conforme Item 4 do Plano de Intervenção Ambiental PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 12).

E, prossegue, implantação do acesso a bancos hoje inacessíveis da PDE 3 é necessária visto tratar-se de estrutura de grande porte onde devem ser realizadas atividades de monitoramento, inspeções geotécnicas, cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção.

Com relação a cobertura vegetal presente na Área de Supressão para implantação do acesso à PDE03, foi avaliada sob aspecto florístico e fitossociológico, através de campanha de campo realizada por uma equipe de três pessoas, entre os dias 28 de junho e 02 de julho, quando estas fitofisionomias foram avaliadas qualitativamente a fim de se determinar sua classificação ecológica, estágio sucessional e o inventário florestal (Vide documento SEI 44866730, folha 31).

O PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 35), informa, que foram registradas 34 morfoespécies distribuídas em 17 famílias. Acerca do número de famílias, destacaram-se Fabaceae (7 spp.), Asteraceae e Poaceae (5 spp. cada). (Tabela 5.4).

Foi registrada "Dalbergia nigra", espécie inserida em lista de ameaça de extinção em grau "Vulnerável" (VU) (CNCFlora, 2020). Foram observados indivíduos de pequeno e médio porte de "Handroanthus ochraceus" (Ipê amarelo), espécie considerada imune de corte por estar protegida por legislação específica, a Lei Estadual Nº 20308/2012.

Tais indivíduos não foram registrados nas parcelas amostrais lançadas, em função da aleatoriedade das mesmas. Assim, apesar da presença registrada desta espécie, a mesma não poderá ser enquadrada na compensação obrigatória da referida lei por não terem sido registrados indivíduos arbóreos na Área de Intervenção.

E com relação a interferência em Áreas Prioritárias para Conservação de Fauna e Flora, o PIA informa que a Área de Intervenção está inserida na categoria de Importância Biológica "Muito Alta" para a conservação de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados; "Baixa" para conservação de ictiofauna; e "Muito Baixa" para a conservação da flora (IDE-SISEMA, 2019), como mostra a Figura 5.10 (Vide documento SEI 44866730, folha 25).

E no que tange, à Legislação, tem-se o [Decreto Estadual 47892/2020](#), que dispõe:

Art. 5º – O IEF tem [...] atribuições de:

[...];

VII – executar os atos de sua competência relativos à regularização ambiental, **em articulação com os demais órgãos e entidades do Sisema**; e

Art. 38 – As unidades regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm [...] atribuições de:

[...];

II – **coordenar e analisar os requerimentos de autorização** para queima controlada e **para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e dos passíveis de licenciamento**

ambiental simplificado, de atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao consumo de florestas de produção;

[...];

Parágrafo único – **Compete ao Supervisor regional do IEF**, na sua área de abrangência:

I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades **não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam**, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF;

Por certo, o [Decreto Estadual 47749/2019](#), inclui dentre as competências institucionais, a análise e/ou decisão sobre processo de Intervenção Ambiental relacionado a atividades ou empreendimentos licenciados pelo estado numa das modalidades convencionais, contém regra segundo a qual as intervenções ambientais realizadas no âmbito de empreendimentos já licenciados pelo Estado, **mas que não se relacionem com as obras ou atividades licenciadas nas modalidades convencionais**, serão analisadas pelo IEF e autorizadas pelos supervisores das URFBio ou pelas Unidades Regionais Colegiadas (URC/Copam), conforme o caso.

Memorando foi enviado a NUREG/Rio Doce, em processos semelhante e do mesmo Requerente, sugerindo que a SUPRAM/SUPRI sejam informadas do presente processo a fim de se manifestarem quanto à competência de análise. A respeito da competência da SUPRI, a Lei nº 21972, de 21 de janeiro de 2016 estabelece: a resposta através do Memorando 85 (Documento SEI 43904110) é que “levando em consideração os alvos de análise da LO e esclarecimentos a respeito da área diretamente afetada da solicitação de intervenção Ambiental” e em se tratando de obra emergencial e que no Decreto Estadual 47749/2019, em seu artigo 5º descreve que as atividades não previstas no licenciamento e que não trata-se de ampliação do empreendimento, “a competência da análise segue do IEF”. E ainda com relação ao Memorando 85 (documento SEI 43904110), sugere que “o presente processo seja encaminhado para conhecimento da SUPRAM de forma a mesma possa verificar em seu processo de licenciamento do barramento no que tange a utilização da área de Empréstimo de solo par continuidade das obras de readequação e reforço da Barragem de Santana, seja verificado se não será alterado a geometria da barragem.

A área de Intervenção Ambiental, encontra-se na região de Domínio da Mata Atlântica.

O volume total mensurado foi de 7,1838 m³ de material lenhoso, sendo 2,8856 m³ de lenha nativa e 4,2982 m³ de madeira nativa (Vide documento SEI 44866730, folha 63).

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras

5.1.1 Possíveis impactos ambientais

Segundo o PIA, a região em torno da obra emergencial é marcada pela presença da mina Brucutu que se encontra em atividade há muitos anos, estando seus principais impactos consolidados e submetidos a medidas de mitigação e controle. Em enfoque mais local, a Área de Intervenção tratada no presente documento está marcada pelas estruturas industriais adjacentes.

E as atividades a serem desempenhadas no local consistirão na obra e na pós-obra, em área industrial, com movimentação do material suprimido. Para desenvolver tais atividades será necessário fazer uso de equipamentos pesados e caminhões de remoção e transporte de estéril, caminhões pipa para aspersão de vias de acesso e locais de interesse.

Os elementos do meio físico, como geologia, morfologia/topografia, solos e hidrografia não serão afetados, e devido à atividade de supressão ser pontual e restrita e a PDE apresentar dique de contenção de sedimentos, não haverá carreamento de sedimentos provenientes da erosão para o rio Santa Bárbara, que passa ao sul da área de supressão, e poderia se constituir como um veículo de transporte de sólidos para o restante da sub bacia.

A supressão de vegetação na área de intervenção ocorrerá em área bem reduzida e já antropizada, na base da pilha não afetando outros segmentos da biota.

Ruídos e o trânsito mais intenso de máquinas pesadas podem afetar algumas espécies de animais, através da interferência na atividade acústica destes, de forma que eles devem ser afastadas para os ambientes onde a perturbação sonora seja menor.

Algumas espécies podem ser mais afetadas, como aves com maior sensibilidade, os primatas e os anuros pela interferência na vocalização destes, podendo impedir sua atividade reprodutiva.

O trânsito de veículos pode também causar atropelamentos de mamíferos terrestres, especialmente aqueles com baixo potencial de deslocamento, e de representantes da herpetofauna, especialmente de serpentes, gerando injúrias físicas e óbitos de animais.

5.1.2 Medidas Mitigadoras

Como forma de minimização dos impactos identificados como ligados à supressão da vegetação, o PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 65) informa a existência de programas de combate à poeira, ruídos, de revegetação, monitoramentos e demais controles que um empreendimento de grande porte possui.

Programas ligados aos meios físico e socioeconômico da mina terão continuidade, englobando também a área da supressão, como o Programa de Monitoramento e Controle da Qualidade das Águas Superficiais, o de Monitoramento e Controle Geotécnico, de Umidificação de Vias de Acesso, o de Controle da Emissão de Poeiras, Ruídos e o de Controle de Processos Erosivos.

Programas de resgate de flora devem ser desenvolvidos buscando resgatar indivíduos de "Poaceae", "Asteraceae", "Melastomataceae", "Fabaceae", "Rubiaceae" entre outras com significância – como "Dalbergia nigra" - para uso em programas de reflorestamento.

Com relação ao trânsito de veículos, deverá ser desenvolvido programa de trânsito que monitore e controle possíveis interferências das atividades no tráfego local da MG-129, tais como a alteração do tráfego local, abertura de acesso para entrada e saída de veículos e sinalizações pertinentes.

E, para minimizar os processos erosivos causados pelo problema que demandou a supressão, será instalado um sistema de drenagem pluvial, revegetação para controle de erosão laminar, com uso de espécies forrageiras de rápido crescimento de acordo com os procedimentos já executados na mina Brucutu e aproveitando as estruturas já existentes da PDE 03.

A seguir, um quadro que demonstra de forma ilustrativa apresentado no PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 67):

7.4 QUADRO RESUMO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Tabela 7.1: Resumo dos impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras e compensatórias, Área de Intervenção para implantação de acesso à PDE 03, mina de Brucutu. Bioma M.A., (2021).

Impacto Ambiental	Medidas Mitigadoras e Compensatórias
Perda de biodiversidade através da supressão de espécies da flora ameaçadas de extinção	Programa de Resgate, Cultivo e Plantio de 320 mudas dessas espécies
Surgimento de processos erosivos	Programa de Controle de Processos Erosivos com a instalação de sistema de drenagem superficial e revegetação com o plantio de espécies forrageiras e Programa de Monitoramento e Controle Geotécnico
Perda de biodiversidade através da perda de habitat para a fauna	Instalação ou ampliação de Programa de Acompanhamento da Obra e de Supressão de Vegetação e Programa de Resgate e Salvamento da Fauna Silvestre
Interferências no tráfego da BR-129	Programa de Trânsito
Alteração da qualidade dos recursos hídricos	Programa de Monitoramento e Controle da Qualidade das Águas Superficiais

Ilustração 5.

6 CONTROLE PROCESSUAL

Não é o caso.

7 CONCLUSÃO

Sugere o DEFERIMENTO de Requerimento para Corte ou aproveitamento de árvores nativas viva de 46 unidades em 0,0526 ha. (Vide Ilustrações 6 e 7).

A finalidade da Intervenção Ambiental é o cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção conforme Item 4 do Plano de Intervenção Ambiental PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 12).

E, prossegue, implantação do acesso a bancos hoje inacessíveis da PDE 3 é necessária visto tratar-se de estrutura de grande porte onde devem ser realizadas atividades de monitoramento, inspeções geotécnicas, cumprimento de requisitos de auditorias de estabilidade, sondagem, obras de manutenção de canais periféricos, dentre outras ações de manutenção.

É a conclusão, salvo melhor juízo.

8 MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

8.1 Supressão de espécies ameaçadas de extinção

O PIA (Vide documento SEI 44866730, folha 66), esclarece que não haverá medidas compensatórias em relação à Mata Atlântica (Lei Federal 11428/2006) por não se tratar de intervenção em vegetação nativa. Também não haverá intervenção em Áreas de Preservação Permanente APP, excluindo assim a aplicabilidade de medidas compensatórias previstas na Lei Federal 12651/12 Código Florestal e Lei Estadual 20.922/13 Código Florestal Mineiro.

No entanto, informa que foram encontrados 16 indivíduos da espécie “Dalbergia nigra”, considerada ameaçada de extinção e classificada como “VU – Vulnerável” de acordo com a “Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção” (MMA, 2014) que deverão ser resgatadas, cultivadas e plantadas para conservação.

Para a compensação ambiental é apresentado o Projeto Técnico de Plantio de Espécies Ameaçadas – Projeto Técnico de Reconstituição da Flora PTRF (Vale, 2022), elaborado para compor a proposta de compensação por Intervenção em Espécies Ameaçadas de Extinção de acordo com as listas de espécies da flora ameaçada de extinção (MMA, 2014) para o Projeto de implantação de acessos aos bancos 704 e 716 da pilha de estéril PDE03 que demanda supressão de vegetação na mina de Brucutu a compensação irá considerar o inciso I do Art29 da Resolução IEF/SEMAD 3102/2021, entretanto, por se tratar de área com condicionante a proporção foi dobrada para compensar o plantio anterior.

E, a área proposta para o plantio compensatório, compreende cerca de 0,5 hectares em uma área de pastagem dentro de Áreas de Preservação Permanente APP com finalidade de enriquecimento da área (Vide documento SEI 44866812).

8.1.1 Embasamento legal

a) Art. 73 do Decreto nº 47.749, de 2019, será determinada na seguinte razão:

I – dez mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Vulnerável – VU;” e

b) Inciso I do Art. 29 da Resolução Conjunta 3102/2021 para espécies da categoria Vulnerável.

9 REPOSIÇÃO FLORESTAL

Será efetivada quando da conclusão do processo pelo setor competente da URFBio Rio Doce, conforme informado no Campo 11 do Requerimento Padrão (Vide documento SEI 44866717). E seja considerado para efeito de cálculo, a informação apresentada:

Lenha de Floresta nativa: 2,8856 m³;

Madeira de Floresta nativa: 4,2982 m³;

Total Lenha/Madeira: 7,1838 m³.

10 CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Implementação do PTRF (além do com georreferenciamento da área) no primeiro período das águas subsequente a homologação do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental DAIA. Observação: A área é de 0,5 hectares em uma área de pastagem dentro de Áreas de Preservação Permanente APP com finalidade de enriquecimento da área (Vide documento SEI 44866812).	1 ano (12 meses).
2	Apresentação de Relatório Técnico com anexo fotográfico, elabora e assinado por profissional habilitado e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica, semestralmente.	3 anos (36 meses).

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Itair Camargo
MASP: 1020853-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:
MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Itair Camargo, Servidor**, em 02/06/2022, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47511010** e o código CRC **A5E91657**.